

CIDADANIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ASPECTOS LEGAIS E SOCIAIS

Competência técnica: Sustentabilidade
Conhecimentos relacionados: Acessibilidade

Objetivo Geral

Proporcionar aos Servidores informações sobre os diversos aspectos de proteção previstos na Lei Brasileira de Inclusão (O Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Federal nº13.146/2015) e demais legislações, bem como os aspectos constitucionais envolvidos.

Objetivos Específicos

- Analisar qual é o âmbito de proteção da pessoa com deficiência;
- Discutir a especial proteção e direitos fundamentais específicos direcionados à pessoa com deficiência na Constituição e nas Leis (7853/89, 8112/90, 8213/91, 10048/2000, 10098/2000, Decreto Federal 5296/2004);
- Garantias legais para viabilizar o direito ao trabalho para a pessoa com deficiência;
- Analisar as características da Cidadania da pessoa com deficiência;
- Discutir as formas de garantia da participação da pessoa com deficiência na vida pública e política do País;
- Contextualizar historicamente a Legislação pertinente às Pessoas com Deficiência;
- Discutir os novos tipos penais criados no Estatuto da Pessoa com Deficiência;
- Analisar as principais alterações produzidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência no Código Civil;
- Difundir as ações do Tribunal de Justiça em prol da Inclusão e Cidadania das Pessoas com Deficiência;

Metodologias e Recursos

(x) Aulas expositivas,(x) materiais de leitura,(x) recursos audiovisuais.
(x) Microsoft Teams.

Conteúdo Programático

1 - Evolução histórica da legislação, dos conceitos e da terminologia aplicada às pessoas com deficiência;

- 2 - Conceitos e tipos de deficiências;
- 3 - A acessibilidade como Eixo Fundamental da Equidade de direitos;
- 4 - A Constituição cidadã e os direitos das pessoas com deficiência, através das ações afirmativas;
- 5 - Leis Federais 8.112/90, 8.213/91, 7.853/89 (criminalização das condutas), 10.048/00, 10.098/00, Decreto 5.296/04 (regulamenta as Leis 10.048 e 10.098) e 11.126/05;
- 6 - Lei 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoas com Deficiência) e as alterações por ela promovida nos artigos 3º e 4º do Código Civil Brasileiro, nos institutos da tutela e curatela e da tomada de decisão apoiada;
- 7 - Lei 13.146 e a Resolução CNJ 230/2016;
- 8 - Lei Estadual 7.329/16 e os atos Internos do Tribunal de Justiça em atendimento à mencionada Lei;
- 9 - O Tribunal de Justiça e as ações afirmativas para a promoção da inclusão

Avaliação: Verificação de aprendizagem, com seleção randômica de questões na plataforma Microsoft Teams, ao final do curso.

Bibliografia

BRASIL. **Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acesso em: <03/03/2021>.

_____. **Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm>. Acesso em: <03/03/2021>.

_____. **Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre o plano de benefício da previdência social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm>. Acesso em: <03/03/2021>.

_____. **Lei 10.048, de 08 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm>. Acesso em: <03/03/2021>.

_____. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: <03/03/2021>.

_____. **Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: <03/03/2021>.

_____. **Lei 11.126, de 27 de junho de 2005.** Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm>. Acesso em: <03/03/2021>.

_____. **Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: <03/03/2021>.

_____. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: <03/03/2021>.

_____. **Resolução 230, de 22 de junho de 2016.** Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares em relação às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/clippinglegislacao/Res_230_2016_CNJ.pdf>. Acesso em: <03/03/2021>.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho Público. Reserva de Cargos em Empresas, Emprego Apoiado.** Rio de Janeiro: Letras Contemporâneas Oficina Editorial. Ltda, 2007 (a). 257p.

GUGEL, Maria Aparecida; COSTA, Waldir Macieira da; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. **Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos Direitos das Pessoas com Deficiência.** Rio de Janeiro: Letras Contemporâneas Oficina Editorial. Ltda, 2007 (b). 543p.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Concurso Público**. 2ª edição. Goiânia: UCG, 2012. 228p.

QUARESMA, Regina. **Comentários à Legislação Constitucional Aplicável às Pessoas Portadoras de Deficiência**. Revista Diálogo Jurídico, Salvador, CAJ - Centro de Atualização Jurídica, nº. 14, junho/agosto, 2002. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br>>. Acesso em: <02 de novembro de 2014>.

RIO DE JANEIRO. Lei 7.329, de 08 de julho de 2016. Promove a acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Rio de Janeiro: Câmara Municipal. Disponível em: <Disponível em: <http://silep.fazenda.rj.gov.br/>>. Acesso em: <03/03/2021>.

_____. Lei 2.298, de 28 de julho de 1994. Dispõe sobre a participação em concursos públicos de pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Câmara Municipal. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/91490/lei-2298-94>>. Acesso em: <03/03/2021>.

Carga horária

8 horas

Atualização: 17/03/2021	Revisão: 00
-------------------------	-------------